



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimentos Sociais e Participação Social

MST e as lutas sociais: uma análise histórica e atual sobre os conflitos no campo.

Anna Beatriz Correa Rodrigues¹
Karla Byanca Carvalho Ferreira²
Keila Beatriz Araujo Oliveira³
Lucas dos Santos Sampaio⁴
Luciana Raquel Moraes Pereira⁵

Resumo: O artigo realiza uma discussão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as lutas sociais, levando em consideração o contexto histórico de formação do movimento no campo brasileiro. Trata-se como ponto de partida desta análise o processo de concentração fundiária no país que está diretamente atrelado a formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Este artigo resulta de um trabalho de pesquisa bibliográfico e documental, além de pesquisas nos sites referentes ao movimento. Realiza-se uma revisão sobre o nascimento do MST e os principais conflitos que marcam sua história de luta, fazendo um recorte no estado do Maranhão.

Palavras-chave: MST; conflitos no campo; reforma agrária; terra.

Abstract: The article discusses the Landless Rural Workers Movement (MST) and social struggles, taking into account the historical context of the formation of the movement in the Brazilian countryside. Treating as a starting point of this analysis the process of land concentration in the country that is directly linked to the socio-historical formation of Brazilian society. This article is the result of a bibliographic and documentary research work, as well as research on websites referring to the movement. A review is carried out on the birth of the MST and the main conflicts that mark its history of struggle, making a cut in the state of Maranhão.

Keywords: MST; conflicts in the field; land reform; Earth.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: rodrigues.anna@discente.ufma.br

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: karla.byanca@discente.ufma.br

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: beatriz.keila@discente.ufma.br

⁴ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: lucas.sampaio@discente.ufma.br

⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: luciana.raquel@discente.ufma.br



1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é simbólico quando tratamos da distribuição da terra ao longo da formação da sociedade brasileira, distribuição esta que tem origem no Brasil Colônia. Atualmente este movimento está presente em 24 estados da federação brasileira, de acordo com dados do MST (2021), cujo principal ideal é a busca pela reforma agrária por meio da estratégia de ocupação e formação de assentamentos.

Para compreendermos essa luta pelo direito à terra, devemos atentar para a ascensão do neoliberalismo e da sua relação com a comercialização da terra e o assenhoreamento de grandes latifúndios, e as consequências que resultam desse processo. O MST é marcado por grandes conflitos, e sua luta estende-se ao desejo de transformar a sociedade em algo justo e igualitário.

Tendo em vista essas concepções, para entender tais conflitos e a consolidação do emblemático MST no Maranhão e no território nacional, é necessário que se faça um apanhado histórico dos acontecimentos que motivaram seu surgimento, e quais modos encontrou para sobreviver à tantas repressões, e ainda assim não perder a estima pelos seus ideais.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é abordar o processo histórico de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e compreender como ele se articula atualmente no contexto nacional e, com mais especificidade, no Estado do Maranhão, analisando os desdobramentos históricos e sociais da questão agrária que resultaram no seu nascimento. O estudo resultou de pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisas nos sites do movimento em questão.

Primeiramente será discutido o nascimento do movimento no âmbito nacional e os acontecimentos históricos que desencadearam a problemática do latifúndio atrelado as consequências do avanço do neoliberalismo, abordando também os principais conflitos que marcaram a luta do MST pelo direito à terra.

No segundo item, abordar-se os acontecimentos que culminaram no nascimento do MST no estado do Maranhão, destacando como ocorreu sua articulação e organização, apontando alguns dos principais conflitos que ocorreram no estado, ressaltando como o movimento se encontra na atual conjuntura e quais os avanços alcançados na perspectiva da reforma agrária no Maranhão e na luta pelas mudanças sociais.

Portanto, discutiremos o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e os principais conflitos que marcam sua história de luta, fazendo um recorte no estado do Maranhão. O objetivo do trabalho é compreender como a questão



agrária influenciou o nascimento deste movimento social e como se apresenta na atualidade.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO MST E OS CONFLITOS NO CAMPO

O processo de concentração de terras não é recente, já que está diretamente ligado ao contexto de constituição histórica da sociedade brasileira. Atualmente, o que se percebe é a produção em larga escala voltada para o mercado externo, fator esse que não é muito diferente do Brasil colônia em que a produção colonial era marcada pela monocultura e o *plantation*, sendo o alicerce da economia colonial por muitos anos. Nesse sentido, observa-se como a questão agrária ainda é muito forte nas bases sociais e econômicas do país. Segundo os dados do Censo Agropecuário, 41% do território brasileiro é ocupado por terras agricultáveis com tamanho de 69 hectares. Além disso, tais dados retratam que há um aumento de 35% do agronegócio, em contrapartida tem-se a redução de 9,5% da agricultura familiar.

Esse processo está diretamente atrelado a questão histórica de formação da sociedade brasileira, como ocorreu no processo do pós-abolição da escravatura com a criação da Lei de Terras de 1850 que seria uma tentativa de restringir o acesso à terra a população e aos escravos. Em concordância com Fernandes

Desde 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários. As terras que não foram cercadas, deveriam ser devolvidas ao governo, daí o termo terras devolutas. Dessa forma, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro. (FERNANDES, 2001, p. 29)

Esse fator propiciou a restrição ao acesso à terra e o crescente avanço dos grandes latifúndios. Sendo assim, é perceptível no decorrer desse período o surgimento de pequenos movimentos que lutavam pela consolidação do direito à terra, entretanto, com o Golpe de Estado de 1964 houve o processo de desarticulação dos movimentos camponeses, feito através da violência e repressão com auxílio dos grandes latifundiários. Nesse contexto, a política agrária no período da Ditadura Militar tinha como objetivo a consolidação de um projeto no qual visava “resolver” a questão agrária no Brasil, denominado de Estatuto da Terra. De acordo com Miranda

O Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico e contraditório no controle das lutas sociais, desarticulando os conflitos pela terra. Com efeito, as poucas desapropriações efetuadas foram exclusivamente para reduzir o conflito ou deslocá-lo através dos projetos de colonização para regiões de fronteiras, numa tentativa de solucionar a problemática. (MIRANDA, 2007, p.46)



Nessa conjuntura adversa, o Estado apropriou-se do Estatuto para a impedir o acesso à terra a população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social e econômica. Desta maneira, o governo militar com o lema milagre econômico e com a valorização do capital externo impulsionou no campo brasileiro um período de modernização agrícola, momento de intensificação de novas tecnologias e incremento de sementes selecionadas e novos pesticidas, mas também do aumento da concentração fundiária devido ao processo da revolução verde. Diante disso, ocorreu a radicalização no uso da terra que beneficiava muito mais os grandes empresários do que os pequenos camponeses.

Este processo de modernização conservadora da agricultura ao passo que proporcionou um campo fértil para o avanço tecnológico corroborou com aumento da concentração de trabalhadores assalariados na agricultura. Como consequência desse processo, muitos agricultores perderam suas terras e começaram a trabalhar para grandes proprietários ou migraram para os centros urbanos. Segundo Silva:

Um dos exemplos foram as transformações desencadeadas pela ocupação do espaço brasileiro com a implementação de grandes projetos, a exemplo da colonização da Amazônia financiada pelo Estado, para onde migrantes do Nordeste e do Centro Sul rumaram. (SILVA, 2011, p.45)

Esse foi um processo de transformação do campo e de entrada do capital externo no país com a tentativa de “colonização” da Amazônia, o que ocasionou a apropriação e a venda de inúmeros hectares de terras a grandes empresários, favorecendo o avanço do agronegócio e da pecuária extensiva.

Em decorrência das crises sociais e econômicas ocorridas durante o período da Ditadura Militar surgiram ao longo da década 1980 novos atores populares e sujeitos políticos que reivindicavam a defesa da democracia, além de movimentos como Novas Pastorais ligadas a Igreja Católica, Movimento Contra a Carestia, a formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do PT - Partidos dos Trabalhadores, já no campo percebe-se uma rearticulação do movimento camponês voltado especialmente para o Norte e Nordeste, com a articulação das Comunidades Eclesiais de Base e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Todas estas organizações ligadas à Igreja Católica realizam uma movimentação para uma fase de luta pela terra em que se destaca a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que tem como marco característico de sua luta a ocupação da Fazenda Macali, localizada em Ronda Alta (RS), realizada em 7 de setembro de 1979, e que influenciará na organização do MST da forma como conhecemos hoje.

A formação do MST no país dá-se a partir de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR), em um primeiro momento atuou principalmente no Sul do país para depois adentrar os



outros estados brasileiros dando início ao processo de ocupação de alguns latifúndios. Dessa maneira, o MST contou com uma importante estratégia para a interiorização e adesão do movimento que foi a criação de acampamentos em todos os estados, dentre eles o Maranhão. À vista disso, o avanço do movimento ocorreu de forma gradual em cada região do país, no Rio Grande do Sul em 1983 os sem-terra tiveram o apoio da CPT na região de Três Passos, nesse momento houve diversas reuniões para traçar um objetivo e a forma de atuação do movimento. Assim, em 28 de agosto de 1985 o MST organizou e fez sua primeira ocupação no Rio Grande do Sul. Já em Santa Catarina a sua primeira ocupação aconteceu na fazenda Burro Branco em Campo Erê em 1980. No Paraná, antes mesmo da ocupação do MST, já existiam inúmeros conflitos relacionados a questão da terra, por volta de 1981 cerca de 500 famílias perderam suas propriedades devido a construção da Usina de Itaipu. A Comissão Pastoral da Terra auxiliou essas famílias para lutar a favor da terra através de inúmeras ocupações.

A questão da reivindicação pela reforma agrária continuou juntamente com o avanço do MST. Dessa forma, no Nordeste o avanço do MST teve seu início na Bahia, na divisa do Espírito Santo, membros pertencentes a região Sul ajudaram a constituir o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia, dando origem ao embrião do movimento no Nordeste. No Sertão Sergipano, no município de Itabi, em 1987, aconteceu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Sem Terra. Destarte, os sem-terra construíram uma política de relação com o movimento sindical rural e urbano, e com a Igreja, buscando alianças e apoios. Assim, dá-se o processo de desenvolvimento do MST no Nordeste e a geração desse embrião que se desenvolve e adentra o Maranhão através de diversas lutas e conflitos pela terra.

Mediante isso, a atuação do MST ao longo tempo, nessas regiões, se defrontou com vários obstáculos, repressões, mas sempre estava em busca de estratégias para dar continuidade a luta pela terra. Nesse sentido, para a compreensão do avanço desse movimento e de todas as suas estratégias de resistência, é necessário levar em consideração a ascensão do neoliberalismo, que impulsionou o crescimento do capital no campo e a apropriação de grandes latifúndios, resultando no impedimento de muitos trabalhadores rurais a continuarem nas suas terras ou de conquistarem uma. É em decorrência dessa desigual distribuição das terras que se baseia a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, visto que "as lutas pela terra e pela reforma agrária são, antes de mais nada, a luta contra o capital" (FERNANDES, 2000, p. 47).

Esse cenário de avanço neoliberal ocorre no governo Collor que apoiava fortemente esse ideário e desconsiderava a questão agrária, segundo Morissawa (2001, p.109-110), para Collor os sem-terra deveriam ser reprimidos de forma violenta, era um total descaso com a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, que vivenciaram, durante a sua presidência,



apenas a repressão. Após a saída de Collor, quem assumiu foi o seu vice Itamar Franco, que sancionou a (Lei 8.629), Lei Agrária, utilizando-a como mecanismo para controlar as lutas dos movimentos pela reforma agrária, fazendo uma reclassificação das propriedades rurais.

O MST sofreu com as forças políticas durante o governo Collor, se encontrando em um momento de luta e resistência frente essa ampliação do capital no campo, que se tornou um obstáculo de grande magnitude para os vários movimentos sociais do campo. Como forma de resistência a esse processo ocorreu o II Congresso Nacional do MST, que frente a essa conjuntura complexa que coibia as lutas sociais no campo, originou o lema “Ocupar, Resistir e Produzir” que, de acordo com Machado (2008, p.242), essas palavras de ordem

[...] carregam um forte significado político e ideológico: “ocupar” era uma forma de contestar aqueles que condenavam esta forma de luta; “resistir”, para sobreviver à forte repressão policial durante o governo Collor; e “produzir”, para enfrentar os latifundiários e a imprensa em geral que diziam que as terras continuavam improdutivas após a ocupação e que os trabalhadores a queriam apenas para comercializá-la.

Esse movimento avançava cada vez mais na luta contra as repressões políticas e os grandes latifundiários, que a todo custo defendiam sua propriedade e colocavam obstáculos na efetivação da Constituição de 1988, no que se refere a função social da terra, justamente por possuir uma forte influência na política e na mídia. Tendo em vista a elaboração estratégias para se fortalecer frente a esse quadro, o movimento passou a se expandir tanto para as áreas rurais quanto urbanas de modo a intensificar a luta pela reforma agrária, que inclui não só a distribuição justa das terras, mas a efetivação dos direitos sociais.

Dessa forma, o movimento juntamente as famílias desprovidas de terras ou que foram expulsas das suas, ocupam os latifúndios que não executam sua função social, terrenos improdutivos, que, conforme o art. 184 da Constituição da República, devem ser apropriados pelo Estado para fins de reforma agrária. Assim, como forma de mobilização, os trabalhadores rurais sem-terra instalam acampamentos nessas áreas, passando a viver nesses locais e desenvolver uma agricultura familiar, tendo como objetivo pressionar os latifundiários que não utilizam seus terrenos para produzir, enquanto várias famílias se encontram sem um pedaço de chão para residir e realizar suas atividades agrícolas - base da sua subsistência. A partir disso, como resultado das diversas mobilizações, o MST obteve vitórias nítidas entre os anos de 1986 e 1996, colaborando para o assentamento de 145.712 famílias, nos 1.564 assentamentos conquistados, com cerca de 4.870 hectares, segundo os dados do MST e INCRA (1996 apud FERNANDES, 1998, p.37).

Mediante isso, cabe destacar que essas ocupações não foram pacíficas, ocorreram vários conflitos, que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, resultaram nos



perversos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado do Carajás (1996). O primeiro massacre, segundo Fernandes (2001, p. 209), ocorreu no dia 9 de agosto de 1995, em Corumbiara - RO, devido a ocupação de 514 famílias na fazenda de Santa Eliana, conduzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara que resistiram ao despejo policial, o que resultou em uma ação violenta por parte dos policiais para retirar as famílias, causando a morte de 10 trabalhadores sem-terra e 2 policiais. O segundo massacre foi em Eldorado do Carajás, no dia 16 de abril de 1996, a partir da ação de várias famílias que estavam sendo lideradas pelo MST de bloquearem a rodovia para que o Estado tomasse iniciativas de negociar e fornecer alimentos aos sem-terra. Devido a essa pressão, o Estado realizou promessas que no final acabaram não sendo cumpridas, resultando novamente no bloqueio da estrada pelos sem-terra, que foram repelidos pelos policiais com bombas de gás lacrimogêneo e tiros, ocasionando a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra.

Esses massacres tiveram uma enorme repercussão, sendo responsáveis pela Marcha dos Sem-terra para Brasília, que foi uma grande manifestação pela Reforma Agrária, Justiça, Emprego e de oposição ao governo de FHC que reprimiu as lutas do campo e havia implantado a reforma agrária de mercado de caráter neoliberal, beneficiando as parcelas agro-exportadoras através da mercantilização das terras, além do desmonte das políticas de crédito e assistência técnica para a Reforma Agrária, o que afetou demasiadamente as famílias assentadas.

Sendo assim, conforme Miranda (2007, p.61) “[...] o MST emergiu como o mais importante movimento social e político do Brasil na contemporaneidade, fazendo ressurgir a luta dos trabalhadores do campo e convertendo-a no centro da luta política brasileira”. A partir dessa breve análise histórica, compreende-se o contexto que impulsionou o surgimento do MST e alguns conflitos e repressões enfrentados por ele, que colocaram obstáculos na sua atuação, mas esse importante movimento sempre buscou estratégias para tentar superar essas questões e avançar na sua luta pela Reforma Agrária, pela terra e por uma sociedade mais justa e igualitária.

3 O SURGIMENTO DO MST NO MARANHÃO E SEUS DESAFIOS NO CONTEXTO ATUAL

No estado do Maranhão assim como em outras áreas do país sempre ocorreram diversos conflitos por conquistas de terras, um desses foi a Guerra da Balaiada que teve seu início no ano de 1838, uma luta dos pequenos agricultores contra os grandes proprietários agrários da região, visando denunciar as condições de extrema pobreza que vivenciavam. Essa revolta foi contida em 1842 com a morte do seu grande líder Negro Cosme. Além



disso, nesse estado tiveram regiões que ficaram conhecidas pelos enormes conflitos e muitos assassinatos, uma delas que ficou bastante conhecida pela grande porcentagem de violência no campo contra os trabalhadores rurais foi a região do Bico de Papagaio. Nesse sentido, cabe destacar um acontecimento de repercussão nacional e internacional ocorrido em Maranhão, em relação as questões agrárias, foi o assassinato de uma das grandes lideranças na organização dos camponeses em Imperatriz, Padre Josimo Tavares, na sede da Comissão Pastoral da Terra da região.

É indubitável destacar que o governo do estado se posicionava a favor dos interesses dos latifundiários, garantindo a esses proprietários os direitos de explorar os recursos de suas terras. Conforme afirma Silva (2011, p. 53), um grande exemplo dessa garantia no Maranhão foi a aprovação da Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, que ficou conhecida como Lei de Terras do Maranhão ou Lei Sarney criada no mandato do governador do estado, José Sarney. O estabelecimento dessa lei contribuiu para o processo de grilagem no estado, ocorrendo o aparecimento de diversos grileiros com documentações falsificadas, resultando em diversas lutas dos camponeses que sofreram com as ameaças, violências no campo e muitos assassinatos. Desse modo, com a Lei de Terras tem-se a valorização das terras o que estimulou diversos projetos agropecuários que aumentaram nessa região as grilagens pelas empresas agropecuárias e por latifundiários.

O Maranhão, por ter uma vasta extensão de terra e ser localizado em uma área com diversos recursos, na década de 1960, foi palco de grandes projetos que até na atualidade se vigora, como o consócio Alumar/ Alcoa, o Programa Grande Carajás, construção dos portos do Itaqui e Ponta da Madeira, com promessas de desenvolvimento para o estado. Entretanto, esses discursos não passaram de falácias da política do estado e do capital, devido a esses projetos terem como objetivo a matéria-prima das regiões, deixando-as cada vez mais pobres em decorrência da devastação dos municípios onde se instalam, de acordo com Feitosa (1988 apud SILVA 2011, p.55). Os projetos agropecuários também foram realizados em locais compostos pela produção do eucalipto, soja, bambu, entre outros, conseqüentemente esses projetos assumiam um papel de expulsão dos moradores dessas regiões.

Em meio a esse contexto histórico que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se manifestou no Maranhão, lutando contra o latifúndio, organizando os trabalhadores do campo para o enfrentamento contra os proprietários de terra. Os trabalhos do MST foram estabelecidos no Maranhão no ano de 1985, desse modo realizou-se o primeiro Congresso Nacional do MST no estado. Segundo as afirmativas de Silva (2011, p.56):



Neste congresso estiveram presentes organizações do Maranhão, como o CENTRU, através de seu representante, o líder camponês Manoel da Conceição, o qual contribuiu de forma intensa na formação do MST no estado, compondo o processo organizativo e de mobilização do Movimento, até sua consolidação no estado.

A sua primeira estabilização foi em Pindaré, em 1986, ocupando uma fazenda chamada Capoeira que tinha uma grande extensão de terra, contando nessa ocupação com 537 famílias. Essa região ficou bem famosa pelos enormes conflitos e violências por terras e do grande processo de grilagem com interesses empresariais.

O MST ampliou suas atuações pelas diversas partes do estado. Em 1987, as ocupações foram em Imperatriz na fazenda nomeada como Criminosa, com 5.000 hectares, esse nome se deu pelo imenso número de assassinatos dos trabalhadores que reivindicavam por essas terras. No mesmo ano as famílias que não tinham terras ocuparam em Santa Luzia a fazenda Terra Bela com 9.374 hectares.

Vale destacar, que o MST se articulou em diversas regiões do estado com uma grande atuação, o que possibilitou inúmeras ocupações em toda região tocantina e na fazenda Gameleira, que em 1988, ocuparam uma extensão de 2.000 hectares. Nesse contexto, segundo Silva (2011, p.57) em relação a consolidação do movimento:

O processo de consolidação do Movimento e sua espacialização no estado foi se dando também através de apoio a outras áreas de conflitos, em que mesmo sem fazer o processo de organização da ocupação o Movimento articulava a luta para enfrentar o latifúndio, seguindo para outras regiões e reterritorializando áreas antes tomadas pelo latifúndio, as quais passaram a assumir a dimensão de territórios da reforma agrária.

Desse modo, o MST lutou em diversas regiões do estado a favor dos trabalhadores sem-terra, como em Vitória do Mearim, sendo conhecida na atualidade como uma das principais áreas da reforma agrária do estado, contendo um grande número de assentamentos, além das suas atuações nos municípios de Zé Doca, Pedro do Rosário, Newton Bello, na região do Médio Mearim, entre outras regiões. Até os dias atuais, o MST trabalha com as organizações de diversas famílias nos campos, com inúmeras ocupações já conquistadas, lutando pela reforma agrária e pelo direito da terra.

Os dados de 2010 evidenciam a atuação do MST em conjunto com 6.691 famílias assentadas em 54 projetos de assentamentos, que correspondem a 257.205 hectares de área territorial, em 28 municípios. O movimento acompanha 15 acampamentos montados em 13 municípios, com a participação de 2.757 famílias. Dessa forma, são 9.448 famílias acampadas e assentadas, o que representa uma estimativa de 47.240 pessoas em 41 municípios, 19% dos municípios do estado (MST/MA, 2010).

O MST está organizado em seis regiões: região tocantina (Estreito, São Pedro dos Crentes até Imperatriz); região de Açailândia (Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Santa



Luzia do Paruá, Santa Luzia do Tide); região da baixada (Igarapé do Meio, Monção, Vitória do Mearim); região do Alto Turi (Zé Doca, Governador Newton Belo); região de Itapecuru (Itapecuru-Mirim até o baixo Parnaíba); e região Médio Mearim (Lagoa Grande, Lago da Pedra, Bacabal). O movimento se mantém por meio de uma estrutura organizativa, com dois elementos centrais, a hierarquia e a participação, de modo que o planejamento de suas ações começa a ser definido no Congresso Nacional do Movimento. A estrutura organizativa é reproduzida nos estados onde acontecem, inicialmente, os Encontros Estaduais, a cada dois anos, quando são deliberadas as ações. Cada estado possui sua coordenação regional, eleita no encontro estadual e formada por dois representantes (um homem e uma mulher) de cada assentamento. A execução do planejamento de ações definidos no Encontro Estadual fica responsável pela Direção Estadual, composta por 38 membros (no Maranhão).

Com a sua consolidação estado e sua expansão territorial, o movimento procura formas institucionais de organização, visando o acesso às políticas públicas e reforçando as discussões em torno do associativismo e do corporativismo. No estado do Maranhão o investimento nessas formas organizativas, desde 1993, permitiu a consolidação da estrutura formada, segundo a denominação do MST/MA (2010), por empresas sociais: Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina LTDA – COOMARA; Cooperativa de Produção Agropecuária 04 de Maio LTDA – COOQAQMA; Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares – CPJ; Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária – COOPERA (1998). A atuação do MST nas áreas assentadas no estado dá-se ainda por meio de parcerias com instituições públicas como: INCRA, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Mestrado em Agroecologia – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Secretarias Estaduais, é desta forma que o movimento tem uma atuação mais significativa (participa das políticas públicas) e por fora do Estado, na tentativa de influenciar na definição de políticas públicas e moldá-las conforme a sua concepção de sociedade.

A estratégia de estreitar sua relação com o estado por meio das políticas públicas, ganha força no Maranhão nos dois primeiros anos do governo de Jackson Lago e segue forte com parceria na atual gestão do governo Flávio Dino, com destaques para programas entre o governo e o MST, o programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos “Sim, eu posso!”, concebido pelo Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), e aliado aos círculos de cultura da pedagogia de Paulo Freire, no Maranhão, o projeto integra a mobilização pela alfabetização dentro do plano de Ações “Mais IDH”, instituído pelo governador Flávio Dino, com objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no estado.



Foi importante estabelecer tal diálogo com a gestão pública, principalmente nos governos progressistas para obter apoio as suas reivindicações, como a integração latino-americana, ações de educação no campo para combater o analfabetismo e a formação de jovens, incentivos para a produção agrícola. Para além das políticas públicas, o MST possui uma organização que visa atuar no fortalecimento da sua base com importantes projetos que buscam fortalecer desde os sujeitos, como o meio ambiente, projetos de formação política, da agroecologia com a produção de alimentos orgânicos, alfabetização e até integração das crianças como sujeitos de transformação, na construção do movimento, os "Sem Terrinha" como são chamados - são as crianças que estão presentes no MST desde o princípio, construindo organizadamente o movimento dando voz e fortalecendo a luta pela terra. Luta essa que tem suas marcas profundas deixadas pelos conflitos no estado.

Na grande região Nordeste, concentrou-se a maior quantidade de disputas por territórios, onde o Maranhão é área em destaque devido a quantidade de famílias e extensão territorial envolvidas. Dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) de 2019, mostram relatórios dos conflitos por terra em todo o país e o Maranhão lidera devido a quantidade de aproximadamente 173 conflitos, a CPT contabilizou 15.342 famílias envolvidas em conflitos por terra em 133 regiões do estado, as regiões com Terras Indígenas e Quilombolas aparecem em destaque pelo número de famílias envolvidas, com mortes de indígenas por pistolagem. No que se refere ao conflito contra as terras indígenas, temos a etnia Gamela, no município de Viana, que vem sofrendo vários ataques após a expropriação das suas terras e das suas lutas por seu território, conflitos sangüinários que não só ceifaram vidas de seus líderes e seu povo, mas aprofundou a crise pela demarcação de terras indígenas. Já na capital São Luís, um conflito que marcou a disputas por terras, ocorreu na comunidade do Cajueiro, em 2019, com despejo violento das famílias e também de luta pela permanência no território, a área de 600 hectares teve 200 delas reivindicada pelo capital Chinês. Dessa maneira, cerca de 19 policiais derrubaram casas sem mandado judicial, com intensa truculência. Em resposta as violências e os conflitos o MST juntamente com outros movimentos sociais e organizações, apresentaram uma proposta popular de lei de terras ao governador. A coordenação do MST, conta que a contraproposta da já existente lei de terras, visa considerar os riscos e pressões que as comunidades tradicionais sofrem por representantes dos interesses do agronegócio no estado.

Durante a pandemia, o MST está trabalhando para chegar nos povos desfavorecidos. Na capital do Maranhão, essa organização foi premiada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), por suas ações de solidariedade na pandemia. O movimento foi o café solidário que ajudou inúmeras pessoas em situações precárias a ter um café digno e com consciência que estão ingerindo alimentos saudáveis, em que os



trabalhadores rurais foram de suma importância, pois doaram mais de mil toneladas de alimentos para bairros mais humildes da área urbana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizou o estudo do nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e os principais conflitos que marcam sua história de luta, fazendo um recorte no estado do Maranhão. O objetivo do trabalho foi compreender como a questão agrária influenciou o nascimento deste movimento social e como se apresenta na atualidade.

Entende-se que o movimento em questão é marcado desde seu nascimento por vários conflitos devido a sua forma de atuação, que consiste na ocupação de terras consideradas socialmente improdutivas, pois esse é um meio de pressionar o Estado para que desaproprie a terra e redistribua para as famílias. Percebe-se, que muitas vezes essas ocupações acabam por gerar revolta nos que se consideram “donos da terra”, o que gera os conflitos, como os aqui citados: Corumbiara (1995) e Eldorado do Carajás (1996).

No estado do Maranhão, assim como no restante do país, nota-se a grande desigualdade na distribuição de terras, devido ao estado apoiar esses grandes latifúndios, criando leis que beneficiavam o agronegócio. No sentido de reverter essa situação o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sempre esteve presente na luta contra concentração fundiária, organizando e incentivando seus participantes na luta pela realização da reforma agrária.

Em resumo, o MST é um dos poucos movimentos sociais que permanecem forte no cenário nacional, sua organização é sua principal base, pois está presente na maioria dos estados brasileiros. Mesmo tendo sofrido fortes retaliações no decorrer do tempo e tentativas de desmonte de sua organização por parte do novo governo, esse movimento que luta principalmente pela reforma agrária, vêm se mantendo resistente em todo o país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos sociais no campo**: a trama da construção de uma nova política no Maranhão. Manaus: UEA edições, 2014

_____. **A territorialização do MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil, 1998. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1806/1733>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 11 de abril de 2021.



CARDOSO, Rafael. Com casos em 133 regiões, **Maranhão lidera ranking de conflitos por terra no país**, aponta CPT. G1 MA, Maranhão, 17/04/2020

CASTRO, Mariana. Brasil de Fato. **Para reduzir conflitos, movimentos criam projeto popular de Lei de Terras no Maranhão**. Imperatriz (MA), 15/04/2021

FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Ed. Vozes. Petrópolis. 2000.

GUIMARÃES, Juca. Maior concentração de terras revelada pelo Censo Agropecuário incentiva desmatamento e conflitos. Repórter Brasil, 19/11/19. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/maior-concentracao-de-terras-revelada-pelo-censo-agropecuário-incentiva-desmatamento-e-conflitos/>>. Acesso em: 05/04/21.

MACHADO, Eliel. **MST e o Neoliberalismo**: avanços, limites e contradições da luta pela terra no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito. **DE ARRENTATÓRIOS A PROPRIETÁRIOS**: a sociabilidade no Assentamento Brejo de São Felix. 2007. 204f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo- SP: Expressão Popular, 2001. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=4971>. Acesso: 10 de abril de 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **QUEM SOMOS**. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 de Abril de 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São muitas terras em poucas mãos. MST.

SILVA, José Jonas Borges. **A MIGRAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO: O CASO DO ASSENTAMENTO CIGRA – LAGOA GRANDE DO MARANHÃO**. 2011. 101f. Tese (Monografia) Curso Especial de Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011.